

# VARIAÇÃO LINGUÍSTICA, PRECONCEITO LINGUÍSTICO E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Núbia Maria da Silva Nascimento<sup>1</sup>

Profa. Orientadora: Ma. Emily Gonçalves de Medeiros  
Ferreira<sup>2</sup>

## RESUMO

Neste artigo, temos por objetivo refletir sobre as variações que constituem o português brasileiro e sua relação com o preconceito linguístico que ocorre em nosso país. Partimos de uma perspectiva metodológica de natureza qualitativa e de caráter bibliográfico. Para tanto, nossas discussões se baseiam nas obras de Bagno (1999; 2006) e Faraco (2019). Tendo em vista a importância de refletirmos sobre as variações linguísticas que existem na língua portuguesa, nossa pesquisa visa contribuir de forma significativa para os estudantes dos cursos de Letras (especialmente de língua portuguesa) e professores atuantes na área, levando-os a uma reflexão acerca das variações linguísticas existentes na língua portuguesa e sua relação com o chamado preconceito linguístico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Língua portuguesa; variação linguística; preconceito linguístico

## 1. INTRODUÇÃO

Sabemos que a língua falada no Brasil é o português brasileiro, e que seu desenvolvimento em nosso país ocorreu a partir da colonização e da chegada dos portugueses. O Tupi, que era a língua mais utilizada no território brasileiro, eventualmente foi sendo esquecido e abrindo espaço para que a língua portuguesa se tornasse a língua oficial do Brasil. Como sabemos, o nosso país possui uma vasta expansão territorial e, com isso, existem povos de diversas culturas, como indígenas, imigrantes de países europeus e afrodescendentes. Consequentemente existe uma grande diversidade cultural, social e regional que contribui para a existência de variações na nossa língua.

É justamente por existirem essas diversidades que a língua sofre variações. Considerando a comunicação como o princípio fundamental da língua, é comum que os falantes busquem meios que supram as suas necessidades comunicativas, surgindo, assim, as diferentes formas de falar no português que são essencialmente maneiras distintas de falar, e não erros.

As variações decorrem dos diversos grupos sociais que compõem a sociedade em que vivemos. É preciso considerar que alguns grupos tiveram acesso à norma culta da língua, enquanto outros não tiveram uma aproximação com a educação formal, o que também contribui com a existência da variação na língua portuguesa. Além disso, frisamos que um mesmo grupo social pode se comunicar de formas diferentes, dependendo das adequações linguísticas que precisam fazer de acordo com o objetivo da comunicação. A título de exemplo, podemos pensar na distinção entre a forma como um indivíduo mesmo se comunica em seu grupo de amigos (um contexto mais informal) e como se comunica durante uma entrevista de emprego (um contexto mais formal).

Diante disso, surge o seguinte questionamento: como o preconceito linguístico se manifesta em relação à variação do português brasileiro? Para respondermos a essa questão, desenvolvemos o seguinte objetivo: refletir sobre as variações que constituem o português brasileiro e sua relação com o preconceito linguístico que ocorre em nosso país. Como apoio teórico para nossa discussão, baseamo-nos nas obras de Bagno (1999; 2006) e Faraco (2019). Nossa pesquisa é de natureza qualitativa, pois buscamos analisar diferentes tipos de variações que existem na língua portuguesa, sendo caracterizada como uma pesquisa bibliográfica, pois utilizamos materiais teóricos para fundamentar o nosso tema e delimitar nosso objetivo.

Em suma, neste trabalho, apresentamos uma reflexão acerca de variações que existem na língua portuguesa e da existência do preconceito linguístico decorrente das diferentes formas de falar o português brasileiro. Nosso intuito é contribuir na construção do conhecimento de estudantes dos cursos de Letras (mais especificamente, de língua portuguesa), de professores atuantes e de qualquer pessoa que se interesse em compreender a existência de variações linguísticas no Brasil.

## **2. A LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL E SUAS VARIAÇÕES**

O Brasil possui a língua portuguesa como aquela que abrange a maioria de sua população; porém, não se pode dizer que essa língua é homogênea, levando em consideração as variedades regionais que existem no nosso país. Em *História da Língua Portuguesa*, Faraco (2019) nos apresenta uma “polarização sociolinguística” da língua portuguesa no Brasil que separa dois grandes conjuntos de variedades sociais. Esses conjuntos se distinguem principalmente pela morfossintaxe, colocando-se, de um lado, as variedades sociais que formam o português brasileiro dito culto (falado pelos indivíduos letrados que vivem na zona urbana) e, de outro lado, as variedades sociais que constituem o português brasileiro popular (falado pelas pessoas que vivem na zona rural).

Entretanto, com o êxodo rural ocorrido na segunda metade do século XX, essas variedades começaram a fazer parte também do meio urbano. Faraco (2019) ressalta que essa polarização não deve ser entendida de maneira dicotômica rígida, pois o português brasileiro é heterogêneo e a urbanização, juntamente com a movimentação populacional inter-regional, produziu diversas situações de contato linguístico, propiciando, assim, sobreposições e interpenetrações entre as diferentes variedades populares e cultas. Faraco (2019, p.125) enfatiza que:

Fica, assim, evidente que a língua portuguesa polarizada se converteu no Brasil numa marca distintiva de grupos sociais: a “boa sociedade”, a “sociedade dos homens bons”, “a camada superior”, a “flor da sociedade” (para usar expressões correntes no período colonial e imperial e ainda subjacentes, de certa forma, aos discursos sobre a língua no Brasil) a falar as variedades do português culto; e a “pobreza”, a “plebe urbana”, os “homens sem qualidade”, a “grande massa da população”, a “escória da população”, os “parasitas da árvore social” a falar as variedades do português popular.

Essa separação das variedades sociais entre os falantes letrados, que são os “indivíduos que falam corretamente”, e os falantes do português popular, que são as pessoas que falam de maneira “errônea”, abre espaço para que as diferenças linguísticas entre esses dois grupos sejam realçadas e gerando também o preconceito e a valorização de um grupo sobre o outro.

É notório que o Português Padrão (PP) é considerado a forma correta de falar a língua. As normas estabelecidas pela gramática carregam o mito de que é preciso falar da maneira como se escreve, sendo essa uma maneira considerada bonita de usar a língua, identificando que seus usuários são letrados e dominam bem a escrita. Bagno (2006), em seu livro *A língua de Eulália*, tece reflexões acerca das variações linguísticas que o português brasileiro possui, levando em consideração a condição social e sócio-econômica em que seus falantes vivem, e não esquecendo também das influências regionais e culturais que exercem influência na maneira como essa língua é falada. Isso implica saber que a língua portuguesa, mesmo sendo o mesmo idioma em todo o território nacional, será pronunciada de maneiras diferentes, de acordo com quem a está pronunciando, como podemos analisar nesse trecho:

A língua também fica diferente quando é falada por um homem ou por uma mulher, por uma criança ou por um adulto, por uma pessoa alfabetizada ou por uma não-alfabetizada, por uma pessoa de classe alta ou por uma pessoa de classe média ou baixa, por um morador da cidade e por um morador do campo e assim por diante (BAGNO,2006, p.20).

Dessa forma, podemos compreender que a língua está em constante movimento. Ela não é única e não existe uma maneira correta de usá-la, sendo necessário refletirmos sobre os aspectos

externos que envolvem o falante. É importante frisarmos que, no português escrito, é imprescindível que a escrita esteja de acordo com o PP, pois as regras gramaticais tradicionalmente estabelecidas contribuem para uma espécie de unificação da escrita e, conseqüentemente, permitem o entendimento de qualquer indivíduo que tenha acesso a determinado texto. Porém, entendemos que essas regras devem permanecer como tais apenas na língua escrita; já o português brasileiro falado, como já mencionamos, precisa ser considerado mediante o contexto comunicativo e os fatores sociais que influenciam a formação de seus falantes. Em suma, as diferentes formas da língua falada não consistem em erros por fugirem à norma-padrão; antes, trata-se de variações da língua portuguesa.

Além do PP, temos o Português Não Padrão (PNP), podendo ser chamado também de Português Popular. No PNP, o português falado difere do PP, pois ele é pronunciado de maneira informal, não sendo regido por nenhuma regra gramatical. Esse português é falado por pessoas de zonas rurais ou urbanas, que possuem em comum uma classe social baixa, um pequeno ou nenhum grau de escolaridade e uma situação sócio-econômica baixa. Entretanto, não é apenas por esses motivos que essas pessoas utilizam em sua linguagem o PNP. É preciso analisar as raízes do português popular e sua origem.

Essa variedade do português brasileiro surgiu com a chegada dos africanos e afrodescendentes no Brasil, pessoas de uma classe social baixa, negros escravizados e sem grandes oportunidades. Suas variações estão espalhadas por diversos lugares do nosso país e, muitas vezes, são alvos de preconceito, sendo consideradas inferiores em relação à língua padrão. Segundo Faraco (2019, p.125):

É notório, por exemplo, que o português popular é alvo de arraigado e ativo desprezo pelos falantes do português dito culto, desprezo que se manifesta na mídia, no sistema escolar e nas diversas situações interacionais do cotidiano.

É necessário salientarmos que os falantes do PNP muitas vezes são ridicularizados pela sua maneira de pronunciar algumas palavras. Ao falar “bicicreta” ao invés de “bicicleta”, “bassoura” no lugar de “vassoura”, “cuié”, ao invés de “colher”, entre outros, essas pessoas são motivos de piadas, sendo sua língua considerada errada pelas pessoas chamadas cultas, que são aquelas que fazem parte do PP. No entanto, Faraco (2019) apresenta uma problemática em relação ao termo culto. Sabendo que o vocábulo *culto* deriva de *cultura*, o autor apresenta uma reflexão sobre o uso desse termo. Segundo ele, é perceptível que todos os povos possuem sua própria cultura, e, portanto, seria um

equivoco determinar apenas os falantes do PP como indivíduos cultos, colocando-os em uma posição de superioridade em relação aos falantes do português popular.

É claro que o termo culto, nesse caso específico, refere-se às pessoas que dominam bem a escrita e são letradas; porém, não se pode considerar o português padrão como uma forma exatamente correta de se falar, mesmo atentando às regras gramaticais que são seguidas por ele. Isso porque, consoante Faraco (2019, p.124), “[o]bserva-se que os falantes dos dois grupos deixam de fazer a concordância, ou seja, nem mesmo os falantes do português culto a realizam em 100% dos casos. O que distingue os dois grupos é a maior ou menor frequência de sua realização”. Ou seja, mesmo sendo considerado a forma correta de se falar, o PP ainda apresenta problemas de concordância gramatical. Isso nos mostra que, ainda que o português padrão seja visto como a forma correta apresenta distinções em relação à norma gramatical tradicionalmente estabelecida.

Porém é preciso mencionar que a frequência em que isso ocorre no PP é muito menor do que no PNP, o que torna as “palavras erradas” mais perceptíveis, as quais integram os discursos dos falantes do português popular. Dessa forma, abrem-se brechas para que ocorram o preconceito linguístico e a desvalorização das formas linguísticas utilizadas por esses sujeitos. Bagno (2006) vem salientar que não se pode afirmar que existe uma única língua no Brasil; antes, é preciso analisar a miscigenação que existe no país e a herança linguística deixada pelos vários povos:

Existem mais de duzentas línguas ainda faladas em diversos pontos do país pelos sobreviventes das antigas nações indígenas. Além disso, muitas comunidades de imigrantes estrangeiros mantêm viva a língua de seus ancestrais: coreanos, japoneses, alemães, italianos etc. (BAGNO, 2006, p. 18)

Portanto, acreditamos que o mito da língua única é um dos maiores responsáveis pela existência do preconceito linguístico instaurado em nosso país desde os tempos antigos. O PNP, por ser a variedade do português utilizado por pessoas de uma baixa escolarização, costumeiramente é entendido como “erro”, já que suas variações diferem da norma-padrão, que é utilizada por pessoas letradas que seguem a norma culta estabelecida pela gramática.

### **3. O PRECONCEITO LINGUISTICO**

Preconceito linguístico é qualquer tipo de desrespeito ou reprovação no que se refere às variações linguísticas. Como já mencionado, historicamente, existe a ideia de que algumas pessoas falam corretamente e outras não. Um exemplo disso é a região Nordeste, em que vários moradores

sofrem xenofobia ao chegarem a outras regiões do Brasil, seja pelo sotaque ou pelo vocabulário nordestino, que possui várias palavras por vezes não reconhecidas em outras regiões do país. De acordo com Bagno (1999, p.166-167), é necessário “conscientizar-se de que todo falante nativo de uma língua é um usuário competente dessa língua, por isso, ele sabe essa língua”. Portanto, independentemente do lugar ou da variação falada, o português brasileiro, seja ele formal ou informal, deve ser considerado “correto”, pois o idioma é o mesmo, que se modifica de acordo com o contexto, a cultura e a região do falante.

O que é interessante frisarmos é que, na maioria dos casos, o preconceito linguístico é ensinado de forma indireta ou até mesmo direta dentro da escola. O aluno é levado a desconsiderar todo o conhecimento de mundo que possui e que foi aprendido do lado de fora dos muros da escola. Esse aluno, muitas vezes advindo de uma família de classe social baixa, é repreendido pelo professor ao proferir palavras consideradas “erradas” pela norma-padrão. Como afirma Bagno (2006, p.30), “[n]osso sistema educacional valoriza aquelas crianças que já chegam à escola trazendo na sua bagagem linguística o português-padrão e expulsa as que não o trazem.”

Assim, é perceptível que o PP é visto como a única língua que deve ser ensinada dentro da escola. A gramática tradicional e sua super valorização no âmbito escolar acabam ensinando uma falsa ideia de que o português popular não deve ser falado por aqueles que frequentam a escola, pois nele está o lugar do erro. Dessa forma, os falantes aprendem que a forma como aprenderam a falar com as pessoas de sua família e vizinhos está completamente errada e, conseqüentemente, as pessoas do seu convívio também estão, sendo desvalorizadas as questões culturais, regionais e sociais dos falantes. Bagno (2006, p.31) afirma que “[s]e todos compreendêssemos que o PNP é uma língua como qualquer outra, com regras coerentes, com uma lógica linguística perfeitamente demonstrável, talvez fosse possível abandonar os preconceitos que vigoram hoje em dia no nosso ensino de língua”.

A partir disso, podemos compreender que, se o português popular fosse considerado como uma variação da língua portuguesa que possui suas próprias regras e faz parte de todo um contexto cultural, o preconceito linguístico não estaria presente no ensino do português nas escolas e, provavelmente, não existiria na sociedade. É preciso frisarmos que, ao desconsiderar-se o Português Popular que o aluno já possui quando chega à escola, supõe-se que o estudante não conhece a língua portuguesa e que é preciso apresentá-la a ele. Bagno (2006, p.62) enfatiza que:

A prática tradicional de ensino da língua portuguesa no Brasil deixa transparecer, além da crença no mito da “unidade da língua portuguesa”, a ideologia da necessidade de “dar” ao aluno aquilo que ele “não tem”, ou seja, uma língua. Essa pedagogia paternalista e autoritária

faz tábua rasa da bagagem linguística da criança, e trata-a como se seu primeiro dia de aula fosse também seu primeiro dia de vida. Trata-se de querer “ensinar” ao invés de “educar”.

Diante disso, é perceptível que a escola enxerga o aluno como se ele não conhecesse a língua portuguesa e, ao invés de explicar as diferentes variações e apresentar o português padrão como uma das maneiras de falar o português, acaba anulando as demais variações e estabelecendo a norma culta como única e correta, sendo essa a que a criança precisa falar, e desconsiderando a que ela já conhece como forma de comunicação.

É preciso ressaltar que a norma culta é essencial para determinadas situações formais, como uma entrevista de emprego, a produção escrita de trabalhos acadêmicos, a produção de documentos jurídicos, entre outras. Assim, é necessário que ela seja ensinada nas escolas, pois irá preparar o aluno para eventuais ocasiões que ele precisará no futuro. Bagno (2006, p.30) enfatiza que:

O domínio da norma-padrão certamente não é uma fórmula mágica que vai permitir ao falante de PNP “subir na vida” automaticamente. Mas é uma forma que esse falante de PNP tem de lutar em pé de igualdade, com as mesmas armas, ao lado dos cidadãos das classes privilegiadas, para ter acesso aos bens econômicos, políticos e culturais reservados às elites dominantes. Por isso devemos brigar pela efetivação da riqueza linguística, assim como devemos brigar também pela distribuição democrática de tudo mais: terras, empregos, saúde, moradia, transporte, lazer, cultura e educação...

Portanto, é fato que o ensino da norma-padrão contribui de forma positiva para a vida acadêmica e pessoal dos indivíduos, auxiliando-os para a conquista profissional que é destinada apenas às classes que possuem uma boa base econômica e social e, a partir disso têm o acesso à norma culta desde criança. O que não se pode anular são as variações que existem na língua, pois, como já discutimos, o português popular faz parte da cultura dos falantes. Dizer que o PP está “errado” significa dizer que os costumes e as culturas linguísticas de um grupo social também estão “errados”, o que não condiz com a realidade. É necessário que, desde cedo, a criança tenha conhecimento de que a forma como ela aprendeu a falar está correta, mas, dependendo do contexto e da ocasião, a norma-padrão precisará ser usada, pois existem regras a serem seguidas em uma situação formal, o que não significa que outras variações não existam.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do que foi discutido nesse trabalho, é perceptível a necessidade de se estudar e conhecer as variedades que existem dentro do português brasileiro. É necessário fazer um percurso histórico e entender como a língua portuguesa chegou ao Brasil e como a sociedade se organiza

socioeconomicamente, levando em consideração os costumes culturais que cada região possui. Ao refletirmos sobre o PNP, podemos entender que ele existe de maneira cultural, é repassado de geração em geração através de costumes e dos falantes mais velhos do português brasileiro, sendo uma variação que acompanha o indivíduo mesmo antes dele ter contato com o português padrão.

É fundamental que a escola considere o português popular e ensine a sua importância e o seu espaço na nossa língua. Mesmo com a necessidade de se ensinar o português padrão, é relevante que os falantes tenham consciência das variações que existem na sua língua e que nenhuma deve ser vista como errada, mas sim mediante suas (in)adequações aos diferentes contextos. Diante disso, concluímos que o preconceito linguístico se manifesta quando as variações da língua portuguesa são ignoradas, ou seja, quando a fala de um falante do português popular é vista como errada sem serem levadas em consideração as questões culturais, sociais e econômicas do falante.

Em suma, é necessário que a escola que é o principal meio educacional do indivíduo busque um ensino conscientizador a respeito do ensino das variações do português, contribuindo assim para uma reformulação no ideário brasileiro e a partir disso abra portas para uma geração que não alimente o preconceito linguístico, e sim tenha consciência das variedades que existem na língua, compreendendo que nenhuma está errada, sendo preciso apenas serem utilizadas de acordo com o contexto em que o indivíduo está inserido.

## 5. REFERÊNCIAS:

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: O que é, Como se faz.** São Paulo: Loyola, 1999.

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália: novela sociolingüística.** 15. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

FARACO, Carlos Alberto. **História do português.** São Paulo: Parábola Editorial, 2019.